

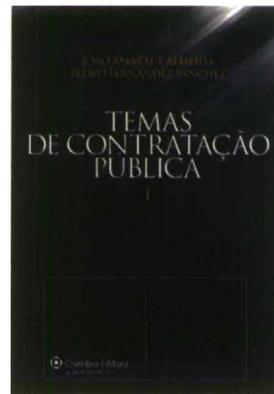
A contratação pública descodificada

A aprovação do Código dos Contratos Públicos (CCP) constituiu um marco histórico na evolução do Direito Administrativo Português, regulando, pela primeira vez de forma global e integrada, todo o regime de formação de contratos públicos e de execução de contratos administrativos.

A circunstância de o CCP exigir a adopção de procedimentos dominados pelo rigor e pela racionalidade implica, porém, uma crescente complexidade do regime jurídico que rodeia a formação de um contrato público. Tal dificuldade reclama, pois, da comunidade jurídica a responsabilidade de familiarizar os destinatários do CCP com o respectivo conteúdo e com as inovações introduzidas na ordem jurídica, dotando os operadores jurídicos de instrumentos de trabalho que os orientem na aplicação do novo diploma.

A presente obra reúne os contributos que resultam da reflexão requerida aos autores para a elaboração de alguns dos pareceres jurídicos solicitados em resposta a algumas das mais relevantes e presentemente discutidas questões suscitadas pelo regime de contratação pública, incluindo as relativas:

- a) À aplicação do regime de contratação pública a entidades privadas e à interpretação do conceito de "organismos de direito público";
- b) À contratação *in house*;
- c) Aos contratos interadministrativos;
- d) Ao regime aplicável aos casos de inexistência de concorrência;
- e) Aos contratos de alienação de bens ou de prestação de serviços pelas próprias entidades adjudicantes;
- f) À adopção do ajuste directo por motivos técnicos ou relacionados com a protecção de direitos exclusivos;



- g) À aplicação do limite ao convite reiterado à mesma entidade no âmbito de procedimentos de ajuste directo;
 - h) Aos critérios que orientam a escolha de concursos públicos ou concursos limitados por prévia qualificação;
 - i) Ao regime dos idiomas a utilizar nos actos e comunicações pré-contractuais;
 - j) Ao regime do preço base do procedimento;
 - k) À desconformidade entre os anúncios e as peças do procedimento;
 - l) À escolha do critério de adjudicação mais adequado para cada procedimento;
 - m) Ao dever de adjudicação e às causas de não adjudicação;
 - n) Ao alcance da norma que determinou a revogação de toda a legislação que disciplina as matérias reguladas pelo CCP;
 - o) Ao modelo de avaliação das propostas.
- Espera-se que a relevância e a centralidade dos temas seleccionados representem um contributo significativo para a boa compreensão e aplicação do novo regime de contratação pública.

João Amaral e Almeida
Pedro Fernández Sánchez
Advogados

Co-autores da obra "Temas de Contratação Pública",
editada pela Coimbra Editora, grupo Wolters Kluwer